
Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo, 1890-1910

autora Rosa Fátima de Souza
cidade São Paulo
Fundação editora UNESP
ano 1998

Elaborado originalmente como tese de doutorado de Rosa Fátima de Souza¹, *Templos de civilização* debruça-se sobre a fundação e institucionalização dos grupos escolares no estado de São Paulo entre os anos de 1890 e 1910. Fruto de um extenso levantamento documental e bibliográfico, a análise enquadra-se no conjunto de pesquisas históricas e historiográficas da educação brasileira que, principalmente, a partir de finais da década de 1980 tem privilegiado o caráter histórico das práticas educativas que caracterizam as instituições escolares.

Dessa perspectiva, as modificações no modelo e cultura escolares dos estabelecimentos de ensino primário articulam-se no texto às características sociais, políticas e econômicas do estado de São Paulo do período. Por outros termos, o livro possibilita descortinar as maneiras como os grupos escolares incorporaram e se apropriaram e, do mesmo modo, como elaboraram, modificaram e retornaram à sociedade os discursos e representações de progresso, cientificidade e civilização presentes ao projeto republicano.

Os interesses que motivaram a defesa da intervenção educacional como um instrumento de remodelação social e consolidação do regime republicano foram muitos. No correr da segunda metade do século XIX – destaque para as experiências testadas pelas escolas americanas de confissão protestante a partir, principalmente, da dé-

1 Defendida em abril de 1997 na Faculdade de Educação da USP, sob orientação de Maria Cecília Sanchez Teixeira.

cada de 1870 – acirraram-se os debates concernentes aos métodos, saberes e práticas escolares. Reconhecer as crianças enquanto seres em desenvolvimento, bem como portadoras de curiosidades, dúvidas e questionamentos, tornava-se uma constante na reflexão daqueles que se propunham a repensar a educação brasileira.

Às escolas, além de repassar conhecimentos, caberia a função de ensinar regras de comportamentos e desenvolver o caráter dos alunos. Procedimentos higiênicos, modos bem-educados, importância do trabalho e predisposição à abdicação de interesses individuais em razão de aspirações coletivas eram alguns dos ensinamentos que complementariam o ler, escrever e contar nos espaços e tempos escolares. Desse modo, instrução e educação deviam caminhar juntas no processo de formação das crianças.

Foi no bojo dessas propostas de reformulação educacional que as idéias de Jean-Henri Pestalozzi ganharam destaque na arena educacional. Reunindo “[...] o apelo à experiência e à observação, o estímulo à curiosidade da criança, a organização do programa partindo do concreto para o abstrato, do simples para o geral, do conhecido para o desconhecido” (p. 170), caracterizava-se o “método intuitivo” como um deslocamento nas práticas e saberes escolares. Afinal, deviam os alunos não só “escutar” os ensinamentos, mas também observá-los e intuí-los pelas atividades dos professores.

Como argumenta Rosa F. de Souza, os republicanos muito se apropriaram desse conjunto de ideais de reforma educacional para consolidar a distância que os separava dos tempos passados. Aprovegavam, então, a necessidade de “[...] fundar uma escola identificada com os avanços do século, uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica; enfim, uma escola moderna em substituição à arcaica e precária Escola de Primeiras Letras existente no Império” (p. 29).

Nesse movimento, no início da década de 1890, regulamentava-se a lei que estabelecia a criação dos grupos escolares no estado de São Paulo. Alocados em prédios de arquitetura monumental, com espaços reservados ao “[...] gabinete para a diretoria, sala para arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio” (p. 128), cada grupo podia comportar de 4 a 10 escolas isoladas.

Em relação à precariedade e ao improvisado das edificações (paróquias, cadeias, cômodos de comércio) e das práticas de ensino (en-

sino individual, método lógico de alfabetização) que, via de regra, definiam as escolas públicas do Império, destaca a autora que significaram os grupos escolares uma tentativa de racionalização administrativa e pedagógica. Racionalização administrativa, porque estabelecia a reunião de escolas isoladas e a setorização do trabalho pelos espaços e tempos escolares. Racionalização pedagógica, porquanto estipulava a classificação dos alunos, o ensino simultâneo, o método analítico de alfabetização e o método intuitivo.

Adentrar aos *Templos de civilização*, alicerçada por um levantamento de fontes primárias e secundárias realizado com muita propriedade, permitiu à autora indiciar, também, a função social que os republicanos delegaram à educação. A rígida distribuição e controle dos espaços e tempos escolares; a “classificação igualitária (homogênea) dos alunos” (p. 33); o aperfeiçoamento dos exames de avaliação; a fragmentação das matérias e atividades; o quadro de horários; o repicar dos sinos à entrada, recreio e saída; a divisão dos alunos em salas homogeneizadas; as marchas, cantos e exercícios ginásticos que ditavam o ritmo das atividades; a “passagem do aluno de lugar inferior para superior na mesma classe, o elogio perante a classe, o elogio solene perante as classes reunidas, distribuição de cartões de boa nota, cartões de merecimento e louvor e a inclusão do nome do aluno no quadro de honra” (p. 147); dentre outros aspectos demonstravam que a obediência, organização e vigília constituíam-se como elementos fundamentais no cotidiano dos grupos escolares.

A esse ambiente disciplinar interno aos grupos devem ser acrescentados os cuidados e requintes tomados durante a construção dos monumentais edifícios; as festividades de encerramento de ano; os desfiles dos batalhões infantis; as exposições escolares, o “[...] ir e vir da escola [que] correspondia a uma apropriação do espaço urbano, um itinerário de reconhecimento da cidade por meninas e meninos, a coabitação das ruas, praças, calçadas por diferentes grupos sociais” (p. 126); as comemorações cívicas que se encarregavam de abrir a escola “[...] à cidade, à rua, à sociedade, aos alunos, aos seus pais, aos seus amigos e suas famílias [...]” (p. 261).

A descrição e análise das circunstâncias internas aos grupos e suas implicações com o ambiente urbano paulista possibilitaram Rosa F. de Souza afirmar que

Os republicanos deram à educação um lugar de destaque, sendo o grupo escolar representante dessa política de valorização da escola pública; dessa forma, eles conferiam a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano. [...]. Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência e na civilização [p. 91].

Um investimento educacional a serviço da modernização, higienização e disciplinamento do meio social: assim pode ser definida a experiência dos grupos escolares paulistas que, em um certo sentido, devem ser vistos “[...] no interior dos projetos de modernização e de construção de novas formas de gestão das cidades e de seus habitantes implementados pelo poder público no Estado de São Paulo” (p. 92).

O investimento justificava-se. O final do século XIX e início do XX foi um período muito conturbado. Um enorme contingente de estrangeiros invadiu São Paulo em busca de melhores condições de vida. Em terras brasileiras, depararam-se com um grande número de nacionais que, do mesmo modo, disputavam cotidianamente oportunidades de emprego. A abundante oferta de mão-de-obra ocasionou não só a desvalorização salarial, mas também elevou o número de indivíduos que não encontrando trabalho aglomeravam-se nas localidades de maior movimento das cidades. Golpes, prostituição, jogatinas, sujeiras, degradação, roubos, drogas passaram a se constituir como uma constante no cenário urbano paulista.

Esse quadro de degradação, cada vez mais presente ao cotidiano urbano, contrastava aos ideais defendidos e amplamente divulgados pelo projeto republicano. Nesse sentido, organizar, higienizar e disciplinar a população das cidades apresentavam-se como questões fundamentais para a tentativa de ingressar São Paulo no movimento do moderno.

Sob essa ótica, a experiência educacional paulista foi modelar. Acompanhando, de certo modo, nos dizeres da autora, o “[...] caminho percorrido pelo café [...] a distribuição regional da criação dos primeiros grupos escolares [...]” (p. 93) privilegiou aquelas localidades que, por terem sido alvos de levadas de imigrantes, apresentavam elevada concentração urbana. Era nessas cidades que “morava o perigo das multidões” (p. 92).

De fato, a conformação de procedimentos salubres, a profusão de regras de sociabilidade e a divulgação dos ideais republicanos perpassavam todos os aspectos dos grupos escolares. Objetivavam educar não apenas o corpo docente e discente, mas exercer “influências modernas” em toda a sociedade. Nessa direção, pode-se compreender a monumentalidade das edificações em função de uma intenção de recortar e divulgar na sociedade um espaço grandioso e específico destinado à educação. A homogeneização dos alunos e adoção de novos métodos e práticas como uma tentativa de transformar os espaços e tempos escolares em dispositivos disciplinares e higiênicos. A intensa valorização e (re)significação de aspectos do cotidiano escolar (uniformes, cadernos, festividades, cânticos, hinos etc.) enquanto insígnias à República.

No entanto, entraves à implementação dos grupos escolares foram sentidos logo nos primeiros anos de suas existências. Os “[...] diferentes tipos de escolas primárias, diferentes programas de ensino e diferentes níveis de formação de professores” (p. 60) dificultaram tremendamente esses investimentos educacionais que almejavam uniformizar e padronizar o ensino público paulista.

De qualquer modo, pondera a autora, as discussões e efetivas alterações promovidas pelos grupos escolares no modelo e cultura escolares do estado de São Paulo foram importadas por outros Estados e auxiliaram a compor o padrão do ensino primário brasileiro. Aproximadamente sete décadas, foi esse o período em que estivemos sob as influências dos *Templos de civilização*.

O trabalho de Rosa F. de Souza apresenta-se como uma instigante e coerente investigação acerca da criação e implementação dos grupos escolares paulistas. O mergulho realizado pela autora na “caixa-preta” dessas instituições modelares em busca de práticas e saberes escolares contribui, assim, para a abertura do campo histórico e historiográfico, permitindo que outros elementos sejam incorporados à reflexão sobre a educação paulista e brasileira de finais do século XIX e início do XX.

José Cláudio Sooma Silva
Mestrando do Programa de Pós-Graduação
em História da Educação e Historiografia da Universidade
de São Paulo (USP)